

Sumário

Capítulo 1 – Introdução ao Direito Falimentar	1
1.1. Antecedentes	1
1.1.1. O princípio	2
1.1.2. Operacionalidade	3
1.1.3. Forma	3
1.2. Justiça distributiva e procedimento concursal	4
1.2.1. Diversos procedimentos	4
1.2.2. A concursualidade	5
1.2.3. Característica da falência	5
1.3. Razões sob o ponto de vista econômico	6
1.4. Princípios gerais	8
1.4.1. A <i>par conditio creditorum</i>	8
1.4.2. A universalidade dos bens do devedor (como objeto do procedimento falimentar)	8
1.4.3. A universalidade dos credores (a concursualidade)	8
1.5. O Procedimento falimentar	8
1.6. Caracterização da falência	9
1.7. Os critérios para determinar o estado de falência	11
1.8. Situação atual no Direito brasileiro	14
1.9. Os sujeitos da falência perante a lei atual	16
1.9.1. O sujeito passivo	16
1.9.2. O empresário inabilitado ou irregular	16
1.9.3. Sujeitos excluídos	19
1.9.4. O sujeito ativo na falência	20
1.9.4.1. O credor com garantia real	20
1.9.4.2. As obrigações por título gratuito e o credor por alimentos	22

1.9.4.3. O credor estrangeiro.....	24
1.9.4.4. O credor empresário não inscrito no Registro de Comércio	25
1.9.4.5. O Fisco.....	25
1.9.4.6. O credor debenturista.....	25
1.9.4.7. A falência na sociedade em conta de participação	25
1.10. Os novos princípios.....	26
1.11. O foro da falência	27

Capítulo 2 – Da verificação, da habilitação e da classificação de créditos..... 31

2.1. Da verificação e da habilitação de créditos.....	31
2.1.1. Natureza	31
2.1.2. Procedimento.....	33
2.1.3. Conteúdo da habilitação	38
2.1.4. Contestação	39
2.1.5. Recurso.....	40
2.1.6. O quadro geral de credores	40
2.1.7. A rescisória falimentar.....	40
2.2. Da classificação dos credores	41
2.2.1. A orientação legal.....	41
2.2.2. Princípio	42
2.2.3. Espécies de Credores.....	42
2.2.3.1. Os credores da falência ou do falido	42
2.2.3.2. Os credores da massa falida	42
2.2.4. A classificação de créditos no art. 83.....	42
2.2.5. Os créditos extraconcursais do art. 84 da LRE	48

Capítulo 3 – A administração da falência..... 51

3.1. Introdução.....	51
3.2. Os órgãos	51
3.2.1. No Direito anterior.....	51
3.2.2. No Direito atual	52
3.3. Órgãos da falência perante o Direito Comparado.....	52
3.4. Os órgãos no Direito brasileiro atual.....	53
3.4.1. O juiz.....	53
3.4.2. O membro do Ministério Público	54
3.4.3. O administrador judicial	54
3.4.3.1. Requisitos no Direito nacional.....	54
3.4.3.2. A administração judicial perante o Direito alienígena	55
3.4.3.3. Nomeação	60

3.4.3.4. Impedimentos	61
3.4.3.5. Destituição	61
3.4.3.6. Deveres	62
3.4.3.7. Remuneração.....	66
3.4.3.8. Direito Comparado.....	67
3.4.3.9. Sanção para o comportamento faltoso do administrador.....	68
3.4.4. O comitê de credores	69
3.4.5. Direito Comparado	72
3.4.6. A Assembléia de Credores	76
3.4.6.1. A deliberação.....	77
3.4.6.2. Natureza.....	79
3.4.6.3. Competência	79
3.4.6.4. Convocação.....	80
3.4.6.5. Composição	82
3.4.6.6. A Assembléia dos Credores perante o Direito Comparado.....	82
Capítulo 4 – A declaração da falência	87
4.1. Apresentação	87
4.2. Os critérios acatados para a decretação da falência	87
4.2.1. A impontualidade	87
4.2.2. Os atos de falência	90
4.2.3. O protesto obrigatório.....	91
4.2.4. Obrigações líquida, certa e titulada	92
4.3. A prova com fundamento nos livros comerciais.....	92
4.4. O pedido de falência fundado no art. 94, II, LRE.....	93
4.5. O pedido fundado em atos de falência.....	94
4.6. O Direito europeu	98
4.7. A defesa do devedor	100
4.7.1. Perante o pedido fundado na impontualidade.....	100
4.7.2. O depósito elisivo	105
4.7.3. A defesa do devedor no Direito Comparado.....	106
4.8. O procedimento para o pedido de falência pelo devedor	106
4.8.1. Legitimidade	106
4.8.2. O pedido de autofalência nas sociedades anônimas.....	107
4.8.3. O pedido de autofalência nas sociedades limitadas.....	108
4.8.4. O pedido de autofalência nas sociedades de pessoas empresárias.....	109

4.8.5. O cônjuge sobrevivente na hipótese de pedido de falência do espólio do devedor falecido.....	110
4.8.6. O pedido	111
4.8.7. A autofalência no Direito alienígena	113
4.9. O pedido de falência advindo do credor	115
4.9.1. A citação do devedor.....	115
4.9.2. A citação perante o Direito estrangeiro	116
4.10. Natureza da sentença de falência	117
4.11. Sanção ao credor de má-fé.....	123
Capítulo 5 – Efeitos da declaração da falência	125
5.1. Visão geral.....	125
5.2. O critério do Direito anterior.....	126
5.3. Efeitos da sentença de falência quanto a direitos dos credores	126
5.3.1. Prosseguimento das ações em que se pleiteiam quantias ilíquidas	128
5.3.2. Situações particulares.....	129
5.4. Efeitos quanto à pessoa do falido.....	130
5.4.1. Vencimento antecipado de todas as obrigações.....	130
5.4.2. Interdição para o exercício da atividade empresarial.....	132
5.4.3. A lacração do estabelecimento.....	133
5.4.4. Perda ao direito de disposição e de administração dos próprios bens	134
5.4.5. Bens excluídos	135
5.4.6. Suspensão do direito de retenção e do direito de retirada.....	136
5.4.7. O estado de falência – deveres impostos ao falido.....	137
5.4.8. Os deveres no Direito Comparado	141
5.5. Direitos do falido na falência	142
5.5.1. Conforme a lógica da LRE.....	142
5.5.2. Problema: a manutenção do falido	143
5.5.2.1. A omissão legal.....	143
5.5.2.2. O critério perante o Direito estrangeiro.....	143
5.6. Efeitos quanto aos sócios solidários.....	144
5.7. Efeitos da falência quanto aos contratos do falido.....	145
5.7.1. Perante o Direito nacional	145
5.7.2. Perante o Direito alienígena	146
5.7.3. Situações particulares (no Direito nacional e estrangeiro).....	148
5.7.3.1. A venda sobre documentos.....	148
5.7.3.2. Venda de coisas compostas	151
5.7.3.3. O art. 119, III, LRE.....	151
5.7.3.4. A compra e venda com reserva de domínio	151

5.7.3.5. O art. 119, V, LRE.....	151
5.7.3.6. A promessa de venda e compra de bens imóveis.....	152
5.7.3.7. O contrato de locação na falência	152
5.7.3.8. Situações não previstas no direito anterior.....	153
5.7.3.9. Soluções mantidas.....	154
Capítulo 6 – Efeitos sobre o direito de terceiros.....	157
6.1. Bens de terceiros na posse do devedor.....	157
6.1.1. Pedido de restituição e embargos de terceiros – abrangência.....	157
6.1.2. Fundamento	158
6.2. O Direito estrangeiro	160
6.3. Situações particulares: alienação fiduciária e venda com reserva de domínio ...	163
6.4. Idem perante o Direito Comparado	163
6.5. O procedimento	164
6.6. A revogação e a revocação dos atos praticados pelo devedor antes da falência.	
A situação do terceiro de boa-fé.....	166
6.6.1. Ação revocatória falimentar e Ação Pauliana.....	166
6.6.2. Objeto da ação revocatória falimentar	166
6.6.3. Invalidez – ineficácia – inoponibilidade – impugnabilidade	167
6.6.4. Finalidade da revocatória falimentar	169
6.6.5. Legitimidade	169
6.6.6. O elenco do art. 129	170
6.6.7. A jurisprudência	172
6.6.8. O Direito alienígena.....	174
Capítulo 7 – A arrecadação e a liquidação dos bens do falido	179
7.1. A arrecadação.....	179
7.1.1. O procedimento da arrecadação.....	179
7.1.2. O inventário	183
7.1.3. A liquidação antecipada	184
7.1.4. A venda antecipada	185
7.1.5. Os contratos antecedentes à liquidação	185
7.2. A liquidação	186
7.2.1. Forma	186
7.2.2. O adquirente dos bens não mais responde pelos débitos anteriores.....	187
7.3. Modalidades.....	188
7.3.1. Alienação da empresa, com a venda das unidades englobadas.....	189
7.3.2. Alienação da empresa com a venda de suas filiais isoladamente	190
7.3.3. Alienação da empresa com a venda das suas unidades produtivas isoladamente.....	191

7.3.4. Alienação em bloco dos bens que constituem o patrimônio do devedor...	191
7.3.5. A venda em separado	192
7.3.6. Os critérios no Direito Comparado	192
7.4. Os meios	193
7.4.1. A decisão	193
7.4.2. O Direito estrangeiro.....	194
7.5. O procedimento	196
7.6. O pagamento.....	199
7.7. A ordem dos créditos perante o Direito Comparado	199
7.8. Encerramento da falência e extinção das obrigações	207
7.8.1. Encerramento e extinção.....	207
7.8.2. Início da fase.....	207
7.9. Hipóteses de extinção.....	208
7.10. O Direito estrangeiro	208

Capítulo 8 – A recuperação judicial e outras medidas de saneamento e de preservação da empresa. Visão geral 213

8.1. Antecedentes	213
8.2. Roma – institutos assemelhados	214
8.3. Origem – Idade Média.....	215
8.4. A Ordenança de Colbert.....	215
8.5. O Código Comercial brasileiro de 1850 e leis posteriores	216
8.6. Situação atual perante o Direito Comparado.....	217
8.6.1. Apresentação.....	217
8.6.2. Itália	217
8.6.3. França.....	219
8.6.4. Estados Unidos da América.....	224
8.6.5. Inglaterra	225
8.6.6. Alemanha.....	226
8.6.7. Suíça	227

Capítulo 9 – A recuperação judicial 231

9.1. Natureza.....	231
9.2. Objeto e finalidade	234
9.3. Subespécies	234
9.4. O pedido	234
9.4.1. Fundamento	234
9.4.2. Requisitos substanciais.....	235
9.4.3. Sujeitos passivos	236
9.4.4. Foro	237

9.4.5. Órgãos	237
9.4.6. Os meios para a recuperação judicial	237
9.4.7. Conteúdo do pedido	243
9.4.8. O plano.....	244
9.4.9. Oposição dos credores – arts. 55 e ss.	245
9.5. Efeitos	246
9.5.1. Novação.....	246
9.5.2. Manutenção dos bens dados em garantia em mãos do devedor	246
9.5.3. Suspensão de prazos	246
9.5.4. Tratamento privilegiado	247
9.5.5. Vedações	248
9.5.6. Dívidas posteriores.....	248
9.5.7. O alerta aos que negociam com o devedor	248
9.5.8. Dever de comunicar	248
9.5.9. Intimações	249
9.5.10. Publicidade.....	249
9.5.11. Venda de filiais e unidades produtivas do devedor	249
9.6. Período de recuperação e encerramento	249

Capítulo 10 – Recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte. A recuperação extrajudicial..... 251

10.1. Colocação do tema	251
10.2. Microempresa e empresa de pequeno porte	253
10.3. O procedimento.	255
10.4. Questões colocadas	255
10.5. Da convolação da recuperação judicial em falência: art. 73 da LRE.....	256
10.6. Da recuperação extrajudicial – (arts. 161 e ss.)	256
10.6.1. Natureza jurídica	256
10.6.2. Modalidades	257
10.6.3. Perante o Direito estrangeiro	258
10.6.4. Requisitos: art. 48. Condições específicas – arts. 161; 162; 163 e 164 ..	262
10.6.5. Impugnação dos credores.....	263
10.6.6. Questões suscitadas	264

Capítulo 11 – A função social da empresa 269

11.1. A função social da propriedade.....	269
11.1.1. A doutrina clássica	269
11.1.2. Função social: conteúdo metajurídico	271
11.2. Função Social – A orientação genérica adotada na doutrina.....	273

11.2.1. As opiniões	273
11.2.2. Função social: livre entrada no mercado ou economia de planificação global.....	275
11.2.3. Função social: a teoria de Iudica	276
11.2.4. Função social: dever de agir em atenção a interesses coletivos.....	278
11.3. A função social na norma do art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976	280
11.4. Síntese: função social da companhia: dever de colaboração	282
Capítulo 12 – Saneamento de instituições financeiras	287
12.1. Antecedentes	287
12.1.1. Modalidades	287
12.1.2. Histórico	290
12.2. Os regimes especiais.....	292
12.2.1. O Regime de Administração Especial Temporária (Raet)	292
12.2.2. A intervenção extrajudicial.....	296
12.2.3. A liquidação extrajudicial.....	298
12.3. A falência das instituições financeiras	301
12.4. A responsabilidade dos administradores de instituição financeira.....	302
12.4.1. Antecedentes administrativos.....	302
12.4.2. A responsabilidade dos administradores	303
Bibliografia	307
Abreviações utilizadas	313